

## 5ª CARTA ABERTA: Aconteceu a nós no CES, não aconteceu ao CES

Somos um Coletivo Internacional de Mulheres constituído na sequência da publicação do capítulo escrito por Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadia Tom “*The Walls Spoke When No One Else Would. Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia*”, incluído no livro *Sexual Misconduct in Academia*, organizado por Erin Pritchard e Delyth Edwards (Routledge, 2023), que continua cancelado - apesar de centenas de vozes da comunidade académica internacional terem apelado a que a editora recusasse ceder à pressão de censura - na sequência de uma ação jurídica interposta por Maria Paula Meneses, que se reconheceu como uma das figuras centrais do esquema de assédio identificado.

No seu conjunto e na sua diversidade, as nossas experiências confirmam existir, nas equipas lideradas por Boaventura de Sousa Santos, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um padrão de assédio sexual, assédio moral e extractivismo intelectual tal como identificado pelas autoras na referida publicação (e que envolvia ainda Bruno Sena Martins, entre outros elementos da instituição). As nossas cartas podem ser consultadas aqui:

<https://www.buala.org/pt/mukanda/sem-assumir-a-responsabilidade-por-atos-concretos-de-abusos-cometidos-nao-ha-autocritica>

A primeira carta, intitulada *Não é difamação, nem é vingança. Sempre foi assédio* foi redigida a 17 de abril, curiosamente uma data significativa na história de resistência da Universidade de Coimbra, que celebra a coragem de intervir quando o silêncio é ordem. **Lieselotte, Catarina e Myie tomaram a palavra num tema silenciado ao longo de décadas e abriram espaço para que as nossas vozes fossem libertadas.**

A forma como experienciámos e lidámos com as agressões foi muito diferenciada. **Une-nos a certeza de que os assédios não deveriam ter-nos acontecido; o reconhecimento de que a violência não mora no passado, com efeitos psicológicos e materiais até hoje; e a convicção de que o que temos a dizer importa.** Nestes princípios - que, entre medo e

trauma, fomos relembrando umas às outras - encontrámos a motivação e a coragem para fazer o que era correto e iniciar o doloroso processo de recuperar com detalhe memórias de muito sofrimento.

Usámos as cartas para contrariar os ataques imediatos dirigidos às autoras, abrir o coletivo a mulheres que nunca se tinham encontrado e reivindicar condições mínimas de denúncia, como a independência total da comissão de investigação e uma abordagem centrada na vítima, ou seja, deixar de privilegiar a imagem da instituição e das pessoas que perpetraram as violências ou delas se beneficiaram, e colocar no centro as necessidades de quem, de facto, sofreu as violências na pele e se viu na situação de se reconstruir sozinha.

Entregámos à comissão independente, a 30 de setembro, um amplo dossier, com detalhes narrativos e elementos probatórios. Desde então, optámos por aguardar em silêncio, procurando fazer a nossa parte para que a comissão independente pudesse realizar o seu trabalho nas melhores condições. **Aceitámos o adiamento do prazo de entrega do relatório por dois meses sem levantar questões, porque, apesar da ansiedade que esta luta carrega, estamos conscientes da dimensão e da complexidade do material que entregámos e convictas de que as nossas denúncias constituem apenas parte das queixas e evidências recebidas pela comissão.**

Não tínhamos intenção de intervir antes da apresentação do relatório, esperada em final de fevereiro. Essa apresentação não aconteceu e informações recentes suscitaram algum pessimismo. **O relatório da comissão independente será apresentado no dia 13 de março, às 14h00, em lugar por anunciar, à comunidade CES e, às 17h30, ao público, numa sala do CES com capacidade para 80 pessoas.**

A informação que recebemos da direção do Centro de Estudos Sociais e da Comissão Independente dá-nos razões fortes para acreditar que a dignidade e a segurança das vítimas não são a prioridade deste processo. Mais grave, **fazem-nos crer que as vítimas foram esquecidas.**

Vejamos:

1. Não recebemos até ao momento qualquer resposta em relação à avaliação das nossas denúncias, nem qualquer compromisso de virmos a receber o relatório elaborado pela comissão independente, cujo prazo final foi ultrapassado em 1 de março de 2024;
2. O relatório, realizado com base na partilha das nossas histórias de sofrimento, será
3. apresentado às/aos investigadoras/es do CES antes de nos ser apresentado;
4. Os/as investigadores/as do CES acederam a informação sobre a apresentação do relatório da comissão independente antes das denunciantes receberem qualquer informação;
5. Enquanto denunciantes, teremos oportunidade de conhecer a validação ou não validação das nossas narrativas sobre a violência que sofremos semanas depois do relatório estar concluído e ao mesmo tempo que a comunicação social e o público em geral;
6. O CES recusou o pedido do coletivo para divulgar online a apresentação do relatório, sabendo que a maioria das vítimas reside fora de Portugal e não tem condições materiais e emocionais para se deslocar às instalações da instituição.

**Apelamos a que respeitem a nossa dignidade, não nos desumanizem, não voltem a silenciar-nos ou a fingir que não estamos aqui.** Partilhem connosco o relatório o quanto antes. Façam uma apresentação para todas as pessoas interessadas nos resultados, numa sessão híbrida e em, pelo menos, duas línguas. Num centro de investigação altamente internacionalizado, que domina as tecnologias de informação, não o fazer é um indicador de má-fé, que nos causa perplexidade e ansiedade.

**Parece importante recordar o óbvio: aconteceu a nós no CES, não aconteceu ao CES. Ao CES cabe aprender com o passado, fazer melhor com quem está para vir, mas também fazer melhor connosco, desde já. Nenhuma de nós escolheu passar por isto, nenhuma de nós imaginou passar por isto. Estamos a aprender enquanto sobrevivemos, pedimos ao CES que aprenda também, assumindo todas as consequências políticas e jurídicas do passado, porque é assim que se cresce coletivamente e se pavimenta o caminho para um futuro diferente.**

Do Brasil para Portugal, 4 de março de 2024.

**Coletivo de Vítimas**  
p/ representante legal  
Daniela Felix  
[contato@danielifelix.com.br](mailto:contato@danielifelix.com.br)